



Relatório Circunstanciado

Dados do Empregador

Foi realizado procedimento fiscalizatório para atender à solicitação de demanda protocolada junto à Gerência Regional do Trabalho em [REDACTED] encaminhada por meio do documento [REDACTED] demanda nº [REDACTED]. De acordo com o relato, haveria um ônibus estacionado em terreno vazio e servindo de alojamento inadequado para cerca de 10 (dez) trabalhadores da construção civil. Acompanhava a denúncia uma imagem do veículo.

A denúncia foi incluída no planejamento de força-tarefa coordenada pelo MTE e composta pelo MPT e PF, que seria realizada no período de 20/01/25 até 23/01/2025, para atendimento a demandas envolvendo possíveis situações de trabalho escravo na região.

Em consulta prévia à placa do veículo efetuada por policial federal que estava compondo a equipe, verificou-se que o veículo, do tipo "ônibus-casa", estava registrado em nome de KADU CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Também, em vários dias que antecederam a deflagração da fiscalização, um policial federal passou após as 18 horas no local e verificou que não havia iluminação e qualquer movimentação de pessoas junto ao ônibus.

No dia 21/01/2025, a equipe de fiscalização, na ocasião composta por integrantes do MTE e do MPT, se dirigiu até o endereço Rua [REDACTED] [REDACTED]. No local, sob coordenadas geográficas [REDACTED], encontrou estacionado o ônibus referido na denúncia. Não havia trabalhadores no local. Em entrevista com os proprietários e locadores do terreno onde se encontra o veículo, moradores da Rua Dr. [REDACTED] nº [REDACTED] Senhores [REDACTED] e a esposa [REDACTED], telefone para contato [REDACTED] obteve-se as seguintes informações: - que o ônibus de fato servia de alojamento para cerca de 05 (cinco) trabalhadores; - que os trabalhadores estariam laborando em obra de pintura do prédio antigo da [REDACTED] mas que tal obra já teria sido concluída; - e que fazia cerca de 03 (três) semanas que o ônibus não era ocupado como alojamento, estando apenas aguardando sua retirada.

Durante a ação fiscal houve a(s) seguinte(s) ocorrência(s) especial(ais), que impediu(ram) a realização do procedimento fiscal: Estabelecimento fechado, Outros. A ocorrência consistiu em: Não foram encontrados os trabalhadores no alojamento (ônibus-casa). Conforme informações obtidas, as obras em [REDACTED] também já teriam sido concluídas, restando apenas o ônibus-casa no local inspecionado.

Conclusão:

Diante do exposto, pela inexistência de trabalhadores no local no momento da inspeção, e mesmo a noite, conforme diligências de policial federal, e pelas informações prestadas pelo locador do imóvel, não foi possível inspecionar os atributos registro, trabalho em condições análogas às de escravo e referentes a condições de alojamento.

Dias de Fiscalização

Foram realizadas diligências no sentido de realizar a fiscalização no(s) dia(s) 21/01/2025.

Equipe

Participaram da presente ação fiscal:

Pelo MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO:

- [REDACTED] – Auditor-Fiscal do Trabalho - CIF [REDACTED]
- [REDACTED] - Auditor-Fiscal do Trabalho – CIF: [REDACTED]
- [REDACTED] – Auditora-Fiscal do Trabalho – CIF: [REDACTED]
- [REDACTED] - Motorista - Mat. [REDACTED]

Pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO:

- [REDACTED] Procuradora do Trabalho
- [REDACTED] - Agente de Segurança Institucional

Pela DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL DE SANTA CRUZ DO SUL:

- [REDACTED], agente de polícia federal, matrícula [REDACTED]
- [REDACTED] Delegado de PF, Mat. [REDACTED]